

UMA UTOPIA CATÓLICA SOB SUSPEITA: CENSURA ROMANA À *CLAVIS PROPHETARUM* DO PADRE ANTÓNIO VIEIRA, SJ *

JOSÉ EDUARDO FRANCO **

1. O *opus magnum* de António Vieira: a *Chave dos Profetas*

A *Chave dos Profetas* é a mais importante obra profética e utópica do Padre António Vieira (1608-1697), jesuíta, missionário dos sertões brasileiros, pregador régio, conselheiro de D. João IV e embaixador da corte portuguesa, justamente considerado pelo poeta Fernando Pessoa “Imperador da Língua Portuguesa”. Com o título mais extenso *Clavis Prophetarum verum eorum sensum aperiens ad rectam Regni Christi in Terris Consumati intelligentium assequendam* esta obra foi concebida pelo autor na década de 60 do século XVII e iniciada na sequência do cumprimento da sentença da sua reclusão ditada pelo Tribunal do Santo Ofício nas casas da Companhia de Jesus no final daquela mesma década ¹. Todavia, depois de muitas vicissitudes, a sua redacção final apenas foi concluída à beira do epílogo da sua vida na Quinta do Tanque da Baía ².

Esta obra coroa o conjunto da obra profética de Vieira, que o autor classificou de “palácios altíssimos” por contraposição às insignificantes “choupanas” que julgava serem os seus numerosos sermões. Teria mesmo sido obrigado a compendiar

* Conferência proferida no III Convegno Internazionale su *I Domenicani e l'Inquisizione* realizado entre os dias 15 e 18 de Fevereiro de 2006 no Angelicum – Pontificia Universitas a S. Thoma in Urbe, em Roma.

** Membro da Direcção do Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa das Universidades de Lisboa.

¹ Cf. António Lopes, sj., *Vieira, o encoberto: 74 anos de evolução da sua Utopia*, Cascais, Principia, 1999.

² Padre António Vieira, *Clavis Prophetarum Clavis Prophetarum verum eorum sensum aperiens ad rectam Regni Christi in Terris Consumati intelligentium assequendam*, Opus postum, ac desideratissimum a Collegio Bahiensi, 1699. Ms. do IANTT, Conselho Geral do Santo Ofício, n.º 22.

os seus textos parenéticos sob o voto de obediência aos superiores maiores: sermões que, de facto, o celebrizaram e lhe conferiram um lugar cimeiro na História da Literatura, enquanto os textos utópicos foram desvalorizados e esquecidos na penumbra do tempo. Só nas últimas décadas, mercê de um forte recrudescimento do estudo e valorização da obra global de Vieira, estes escritos têm sido analisados, publicados e re-significados no quadro da mentalidade e das expectativas sua época.

A literatura utópica vieriana, que foi, na verdade, sonhada genesiacamente desde os primeiros tempos do empenhamento missionário e político do autor ao serviço da Igreja e da nação portuguesa, sofreu várias metamorfoses ³. A *Clavis* é, sem dúvida, o *opus magnum* de Vieira e a obra da sua maturidade. É a obra da decantação das desilusões e da depuração das marcas nacionalizantes que vinculavam os textos deste género que a antecederam, em particular as *Esperanças de Portugal*, *Quinto Império do Mundo*, e a *História do Futuro* ⁴.

Na *Chave dos Profetas*, a utopia quinto-imperialista espraia-se com todo o seu sentido e abrangência universalista, depurada dos contornos político-nacionalizantes de marca lusitanista que davam a Portugal o lugar de liderança na temporal implantação da idade milenar de plenificação do tempo. Tal depuração explica-se em boa parte devido aos desenganos experimentados por Vieira em relação ao Reino de Portugal e às suas instituições políticas e religiosas; mormente devido à atitude da corte afonsina e petrina e da Inquisição que o desconsideraram e o perseguiram a partir da década de 60 de seiscentos. Lamentou este desprezo depois de duas décadas de empenhamento em prol da afirmação da independência e da recuperação da liderança portuguesa na cartografia política das nações europeias, quer pela palavra e pela escrita, quer pela acção diplomática. Por seu lado, a experiência missionária, que encheu em pleno as últimas décadas da sua vida no Brasil, desligou-o das questões políticas do Reino e recentraram-no mais nas preocupações evangélicas e eclesiológicas. De facto, na *Clavis* Vieira como que se espiritualiza e se liberta dos afectos nacionais e temporais para dar extensão mundial ao seu projecto missionário desenvolvido nos sertões brasileiros ⁵.

O Padre António Vieira desenha agora uma utopia de pendor eclesiológico, de uma Igreja que abarca a humanidade num abraço de amor e ao mesmo tempo se deixa abraçar por esta em atitude de acolhimento e de amorização: é a cidade de Deus agostiniana concretizada na Igreja e a transbordar no mundo. Escreve Vieira: “Com efeito, pode a Igreja ser iluminada sem que o mundo participe da mesma luz. Mas, ao mesmo tempo em que finalmente se der a plenitude desta luz,

³ Cf. João Lúcio de Azevedo, *História do Padre António Vieira*, Lisboa, 1918.

⁴ Cf. José Eduardo Franco, *Teologia e utopia em António Vieira*, Separata da *Lusitania Sacra* (Tomo XI), Lisboa, 1999, passim.

⁵ Cf. Silvano Peloso, *Antonio Vieira e l'impero universale. La Clavis Prophetarum e i documenti inquisitoriali*, Roma, Sette Città, 2005.

então de tal modo a magnitude da Igreja será igual à do próprio mundo que haverá reciprocidade do mundo com a Igreja e da Igreja com o mundo”⁶. Devendo também alguns traços à inspiração joaquimita mais na forma e no sentido da expectativa do que no conteúdo teológico fundamental, Vieira concebe não uma idade paracletiana, mas uma idade cristológica de consumação na História⁷.

Apesar de ter permanecido manuscrita, a *Clavis Prophetarum* obteve alguns pareceres positivos da dupla avaliação inquisitorial a que foi sujeita, pelas censuras das Inquisições portuguesa e romana, tanto mais que esta obra encerra uma preocupação da confirmação da esperança de glorificação plena da Igreja, que seja, de facto, triunfante *hic et nunc* numa realização teândrica enquanto encarnação visível e plena do corpo místico de Cristo.

Do manuscrito original, que se pensa não ter chegado até nós, foram feitas várias cópias, das quais hoje se conhecem a existência de 14 dispersas por Bibliotecas europeias e americanas. Esta obra, que foi relegada para a subterraneidade do olvido à semelhança dos outros escritos proféticos de Vieira, tem merecido ultimamente a atenção de filólogos, de especialistas das ciências literárias e historiográficas, nomeadamente em Portugal, no Brasil e em Itália. Cumpre-nos destacar que tem sido estudada em pormenor por António Lopes e que começou já a ser editada com aparato crítico por Arnaldo Espírito Santo concretizando um projecto acalentado por Margarida Vieira Mendes.

A *Chave dos Profetas*, produto excelente de um pensador português da tardo-escolástica, é uma obra teleológica que trata da destinação última da história do homem, do mundo e da sua consumação. O autor socorre-se de um conjunto impressionante de autoridades e de obras antigas, medievais e modernas para retirar elementos, provas, profecias, ilações, confirmações ou para debater e refutar argumentos e teses, a fim de tudo acomodar à configuração de uma utopia eclesiológica de fundamento cristológico. Está bem patente nesta configuração utópica católica a inspiração modeladora da espiritualidade inaciana e da sua obra fundante, os *Exercícios Espirituais*, que têm como uma das componentes basilares a meditação em torno do Reino de Cristo e da sua consumação na sociedade dos homens. Não há dúvida, a chave de todas as chaves que abre a porta da história para a plenitude é Cristo.

A obra está organizada em três livros. O Primeiro trata da natureza do futuro do Reino de Cristo concretizado na Terra, que estaria prefigurado, desde os tempos primigénios, na Criação do Mundo relatada no Géneses, nos Patriarcas bíblicos, passando pelos profetas canónicos, deutero-canónicos e para-bíblicos. Esse reino concebido e como que gerado pneumatologicamente ao longo da história

⁶ Padre António Vieira, *Clavis Prophetarum. A Chave dos Profetas*, Livro III, Tradução e edição crítica de Arnaldo Espírito Santo, Lisboa, BN, 2000, p. 725.

⁷ Cf. José Eduardo Franco e José Augusto Mourão, *A influência de Joaquim de Flora em Portugal e na Europa*, Lisboa, Roma Editora, 2005.

veterotestamentária dá à luz e começa a ser efectivamente materializado com a Nova Aliança celebrada no acto redentor de Cristo.

A realização plena deste reino é abordada no Livro Segundo da *Clavis*: a plenificação da história humana e as suas características, nomeadamente a paz messiânica sonhada pelos grandes profetas. E o Livro Terceiro trata da operacionalização do processo de consumação do Reinado de Cristo no mundo, que será levado a cabo através de uma efectiva e eficaz pregação universal e total, assistida por Cristo em espírito e por uma especial graça sua (que agirá espiritualmente entre os homens antes da sua última vinda não para redimir, como na primeira, nem para julgar como na última, mas para reformar). Esta pregação assistida divinamente completará com esplendor o trabalho evangelizador dos missionários cristãos; globalizará o cristianismo, operará a *nova criação* paulina e inaugurará então a plenitude dos tempos sobre a Terra e uma idade intermédia que antecederá a Parusia.

A concretização desta idade em forma de império é justificada pela razão da necessidade: “É necessário, e de uma necessidade absoluta, que todos os homens em geral venham a conhecer a Deus e a crer em Cristo, no tempo do Novo Testamento e da Lei da Graça (...); não, porém, em todo o tempo e estado da Igreja, como o que no presente vivemos, mas num outro mais feliz e mais perfeito, que um dia, sem dúvida, há-de vir”⁸. Esse império sustentado espiritualmente pela fé em Cristo será ordenado materialmente por uma forma temporal que terá como cabeça o Papa, um *alter Christus*, na qualidade de vigário de Cristo na Terra. A temporalidade deste império não visa, porém, o domínio e a subjugação ao modo das relações jurídicas de vassalagem típicas das formas imperiais passadas, mas destina-se tão-só a promover e a garantir a “piedade e zelo da glória de Deus”. A esfera temporal deste império é subsidiária da espera espiritual e encontra-se ao serviço desta a título meramente instrumental de modo a dar eficácia ao processo de consumação universal e conferir-lhe perenidade no tempo.

A utopia cristã vieiriana comporta uma precursora perspectiva ecuménica e inculcacionista no seu desejo de incluir todos os povos, culturas e até as suas tradições religiosas, nomeadamente os Judeus, os ameríndios e os negros. António Vieira aceita a possibilidade, em nome da inclusão de todos sem resistência, de serem continuadas práticas rituais de pendor religioso de outros sistemas de crença, particularmente o judaico, desde que transfiguradas e redireccionadas pelo sentido central da fé em Cristo⁹.

O pensamento teleológico de Vieira – que tem como pedra basilar a reinterpretação quinto-imperialista da profecia do sonho Daniel (cap. 2) e da profecia milenarista do Apocalipse (cap. 20), que são potenciadas de modo a terem uma realização concreta na linha do profetismo quiliástico – configurou uma utopia

⁸ Padre António Vieira, *op. cit.*, Livro III, p. 583.

⁹ Cf. José Van den Besselaar, *Padre António Vieira: Profecia e polémica*, Rio de Janeiro, Eduerj, 2002.

bem moderna pela sua universalidade e bem generosa pelo seu *desideratum* de inclusividade. O significado providencial dado à gesta dos Descobrimentos e da missão planetária, que abriu a possibilidade da realização efectiva do mandato profético-evangélico do baptismo global da humanidade, encontra nesta utopia a esperança operacionalizada da sua materialização pela potenciação da plenitude da Igreja como Corpo de Cristo envolvendo o mundo em graça santificante ¹⁰. Ao mesmo tempo, esta utopia e o seu desejo de fraternidade e pacificação universal têm na base a percepção dramática dos conflitos fracturantes que dividiam a velha cristandade europeias e corriam o risco de universalizar-se gravemente, como o problema das guerras de religião e da exploração do homem pelo homem com o comércio próspero do escravagismo que o autor conhecia bem ¹¹.

O horizonte onírico dessa utopia reflecte o fito de reconciliação universal e a esperança do convívio são e pacífico dos homens entre si. Como bem compreendeu o estudioso Raymond Cantel, a utopia mundialista de Vieira transportava preocupações que ocuparam amplamente os homens do século XX, especialmente a resolução dos conflitos mundiais, e foi precursor e arquitecto da necessidade de implantar uma ordem mundial que contemporaneamente tem sido materializada no projecto das Nações Unidas ¹². A solução de Vieira para os problemas do mundo não passava, porém, tanto pela criação de mais uma instituição, mas sim pela instituição do amor de Cristo e do seu poder salvífico que deveria transfigurar todas as instituições, o *modus vivendi* e as mundividências dos homens, plasmando-os para um sentido e uma plenitude maior, sem modificar as suas formas exteriores. Devido a esta profunda visão de um progresso ascendente da história em direcção à cosmicização do cristianismo e da transfiguração dos tempos em Cristo pelo influxo da graça crística, chamou Margarida Vieira Mendes ao Padre António Vieira um Teilhard de Chardin *avant la lettre* ¹³.

2. Censuras e contra-censuras

Falecido em 1697 na então capital brasileira, Salvador da Baía, onde se tinha consagrado como jesuíta, António Vieira deixa inédita a sua tão longamente trabalhada *Clavis Prophetarum*. Passado um ano sobre a morte deste jesuíta, o Superior Geral da Companhia de Jesus, Tirso Gonzalez, ordenou a feitura de uma

¹⁰ Cf. José Eduardo Franco e José Manuel Fernandes, *O Mito do Milénio*, Lisboa, Paulinas, 1999.

¹¹ Cf. José Nunes Carreira, *Vieira: A escritura do púlpito*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2006.

¹² Cf. Raymond Cantel, *Prophétisme et messianisme dans l'oeuvre de Antonio Vieira*, Paris, Hispano-Americanas, 1963.

¹³ Margarida Vieira Mendes, “Chave dos Profetas: a edição em curso”, in Margarida Vieira Mendes et alii, *Vieira escritor*, Lisboa, Cosmos, 1997, pp. 31-39.

cópia do original manuscrito que foi enviada para Roma em 1699 ¹⁴. Entretanto, um véu de silêncio caiu sobre a obra durante alguns anos.

Quinze anos mais tarde, o original foi enviado do Brasil para a posse da Inquisição Portuguesa então presidida pelo Cardeal Nuno da Cunha com sinais de ter sido já muito manuseada e anotada por mãos alheias ¹⁵. A análise da obra em Lisboa começou por ser confiada ao relator padre Carlos António Casnedi no ano de 1714. Este censor exarou um parecer positivo em favor da divulgação da última obra de Vieira, declarando não ter encontrado qualquer imperfeição moral ou qualquer perigo de desvio herético.

Apesar desta apreciação positiva, corria entre os sectores ligados à Inquisição a opinião – registada pelo próprio censor – segundo a qual os escritos do famoso pregador jesuíta estariam enfermados pelo *pecado filosófico* ¹⁶ (doutrina condenada recentemente pelo Papa Alexandre VIII no ano de 1690) ¹⁷. Pairava ainda a suspeita de Vieira ter ligações à elite cristã-nova e, portanto, de incorrer na defesa de teses judaizantes. De facto, tinha advogado a possibilidade da restauração dos ritos sacrificiais monoteístas judeus do Antigo Testamento antes do fim do mundo e no terceiro estado da Igreja ¹⁸. Convém recordar que o Padre António Vieira já tinha sido alvo, na década de 60 de Seiscentos, de um duro processo inquisitorial em torno das suas obras proféticas. O Tribunal do Santo Ofício de Lisboa condenou-o a reclusão num colégio da Companhia e infligiu-lhe o castigo de perda de voz activa e passiva na sua Ordem Religiosa. Só em 1669 Vieira pode obter permissão do Príncipe Regente, D. Pedro, para sair de Portugal em peregrinação a Roma alegadamente para tratar de negócios da Companhia de Jesus. Na Cidade Eterna permaneceu até 1675, onde se celebrou como pregador na corte

¹⁴ Cf. Arnaldo Espírito Santo, “Censuras da Clavis Prophetarum do Padre António Vieira”, in *A Inquisição em Portugal e na Europa, no Brasil e no Oriente: Tempo, razão e circunstância*, Lisboa-São Paulo, Prefácio/Arkê, 2007, p. 147. (No Prelo)

¹⁵ Cf. Francisco Rodrigues, “O Padre António Vieira: Contradições e aplausos (à luz de documentação inédita)”, in *Revista de História*, Vol. XI, Lisboa, 1922, p. 81 e ss.

¹⁶ Cf. Padre António Vieira, *Obras Escolhidas*, Prefácios e notas de António Sérgio e Hernâni Cidade, Vol. IX, Lisboa, Sá da Costa, 1953, p. 228.

¹⁷ *Pecado Filosófico* consistiu em afirmar que aqueles que tinham uma ignorância acerca da existência de Deus ou não pensavam actualmente n’Ele não incorriam em pecado grave, logo não seriam condenados eternamente. O Padre António Vieira, na linha de outros teólogos jesuítas, tinha defendido esta tese, nomeadamente tendo em consideração aquelas tribos descobertas no Novo Mundo na sequência das viagens marítimas europeias, as quais não tiveram conhecimento do Deus trinitário cristão, nem meios de chegar ao conhecimento d’Ele. A proposição do perdão da ignorância vencível e invencível de Deus foi condenada pelo Papa Alexandre VIII a 24 de Agosto de 1690. Cf. A. Vacant e E. Mangenot, *Dictionnaire de Théologie Catholique*, Tome 12, Paris, Lib. Letouzey et Ané, 1933, pp. 256-276.

¹⁸ Cf. *Ibidem*, p. 230.

papal e na corte da Rainha Cristina da Suécia, então exilada em Roma. O prestígio alcançado na cidade pontifícia permitiu-lhe influir no sentido de obter da parte de Clemente X um breve que o inocentou dos crimes que fora acusado e lhe conferiu imunidade perpétua em relação a qualquer jurisdição do Santo Ofício lusitano. Mais ainda, viu da parte da Cúria Romana uma tentativa oficial para limitar o poder da Inquisição Portuguesa e os estilos violentos que esta usava para perseguir os cristãos-novos. De facto, a três de Outubro de 1674, a Santa Sé ordenou a proibição dos autos-de-fé e a suspensão do funcionamento judicial dos tribunais da Inquisição em Portugal. A suspensão foi mantida durante sete anos contra as fortes pressões dos sectores inquisitoriais portugueses para conseguir a anulação desta medida.

Apesar de Vieira ter conseguido esta vitória contra a sua inimiga de estimação e de ter alcançado e ilibação papal para o seu processo, a suspeita de mácula manteve-se nos juízos correntes dos responsáveis do Tribunal do Santo Ofício em Portugal que não deixaram de olhar Vieira e as suas obras com prevenção. Essa suspeita que pairava acabou, com efeito, por emperrar o processo de publicação da *Clavis*.

Entretanto em Roma, no ano de 1715, a *Clavis Prophetarum* foi novamente constituída como objecto de análise, na sequência de um provável interesse da parte da Ordem de Santo Inácio em dar à estampa esta obra. Uma comissão de censura romana, cuja composição se desconhece em boa parte (apenas Frei Nicolaus de Rossilone é identificado pelo contra-censor da Companhia), emitiu um parecer desfavorável (cujo texto também se desconhece) que apontava alguns pontos da obra considerados perigosos, graves e heréticos. Conhece-se, no entanto, o texto do experimentado jesuíta Pe. André Semery que, com quase 85 anos, assume a defesa do livro do seu confrade português. Pela tecitura da contra-argumentação do Semery ¹⁹ ficamos a saber os aspectos considerados censurados pela dita comissão romana.

Arnaldo Espírito Santo está convicto de que a primeira “censura de Casnedi”, já aludida por nós, se inseria num movimento mais vasto em prol da edição da *Clavis Prophetarum* ²⁰. Certamente, a implacável advocacia do Pe. Semery também se enquadra perfeitamente neste movimento mais largo ²¹.

Através da contra-censura de André Semery intitulada *Responsio ad censuras operis Mr. R. P. Antonii Vieyra Societatis Jesu (...) cui titulus est Clavis Prophetarum*, etc.”, ficamos a saber, por via indirecta, quais eram as preocupações graves dos acusadores de Vieira. Primeiro, os censores quiseram depurar a obra de

¹⁹ André Semery (1630-1717) era Censor Geral da Companhia de Jesus.

²⁰ Arnaldo Espírito Santo, *op. cit.*, p. 243.

²¹ Deste texto existe um exemplar que Arnaldo Espírito Santo supõe ser autógrafo no Arquivo da Gregoriana, ms 1826, 15 fls, do qual foi feita uma cópia anexada no ms 2519 da *Clavis Prophetarum* patente no Arquivo da Torre do Tombo de Lisboa.

todas as ambiguidades patentes na reflexão vieiriana da *Clavis*, nomeadamente as subtilezas de linguagem e afirmações sintéticas que não sendo explicadas poderiam gerar pluralidade de interpretações ²². Por exemplo, quando Vieira fez afirmações no campo da Teologia Dogmática, como esta: “Deus não é Deus do Verbo enquanto Verbo, mas Deus de Cristo”, acrescentando que Jesus disse na cruz: “Meu Deus, meu Deus, porque me abandonaste?” – , a dita comissão de censura chama a atenção para a necessidade de se explicar este axioma teológico. “Deveria dar-se a razão disso”. E acrescenta-se: “Se se julgar oportuno, acrescenta-se: mas é Deus de Cristo enquanto homem” ²³.

Numa segunda ordem de razões, os censores propõem correcções de pormenor em torno de aspectos gramaticais para reduzir ao máximo o perímetro da ambiguidade. A uma e outra observação o contra-censor romano da Companhia de Jesus lamenta que se tente reduzir o essencial da fé a minudências gramaticais e teológicas ²⁴.

Uma terceira observação censória aponta para a possibilidade de Vieira incorrer na heresia dos ubiquistas ao afirmar: “Cristo que enche o céu e a terra enquanto Deus devia sucessivamente enchê-la enquanto homem”. A comissão censória entende que o autor deveria esclarecer esta afirmação com o acrescento explicativo “com o seu poder”, a fim de evitar que o axioma teológico incorresse na heresia luterana do ubiquismo que defendia a presença de Deus em toda a parte, a fim de contestar o dogma católico da presença particular de Cristo nas partículas eucarísticas ²⁵. O censor da Companhia rebate a afirmação realçando que o uso do advérbio sucessivamente utilizado por Vieira bastava para o livrar de qualquer desvio herético.

Os censores observaram, por outro lado, o facto de Vieira faltar, por vezes, à devida reverência ao falar de Cristo e de Deus. No entanto, Semery defende Vieira, alegando que ele fala muitas vezes ao estilo dos profetas do Antigo Testamento, como é o caso de Jeremias, que se referem a Deus de uma forma muito familiar e humana ²⁶.

Outra questão recorrente já da censura inquisitorial portuguesa e retomada pela romana tem a ver com a previsão de um advento intermédio de Cristo à Terra:

²² Cf. Margarida Vieira Mendes e Rita Marquilhas, “A quarta mão: um manuscrito de *Clavis Prophetarum* do Padre Antônio Vieira”, in *Confluência, Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, nº 9, Rio de Janeiro, 1995, p. 20 e ss.; e Arnaldo Espírito Santo, “A tradução da *Clavis Prophetarum*”, in Margarida Vieira Mendes et alii, *Vieira escritor*, Lisboa, Cosmos, 1997, p. 41 e ss.

²³ Apud André Semery, *op. cit.*, fl. 1. Tradução do original latino foi feita e emprestada amavelmente por Arnaldo Espírito Santo, a quem muito agradecemos a generosidade. A edição desta tradução encontra-se em preparação segundo nos informou o tradutor.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ Cf. *Ibidem*, fls. 4; e *Ibidem*, fl. 12 e ss.

uma segunda vinda antes da última vinda ortodoxamente definida e acreditada, em que Ele desceria por fim à terra para julgar e encerrar a História e a Temporalidade. A nova vinda de Cristo era fundada teologicamente nas palavras proféticas do cap. I dos *Actos dos Apóstolos*: “Este Jesus, que foi levado da vossa presença, assim virá...” Mas Vieira previu uma vinda intermédia como amigo, em espírito, para reformar e insuflar uma graça decisiva na instauração da última idade do mundo e do terceiro estado da Igreja ²⁷. Além de alegar a existência de diversidade de interpretações teológicas sobre o significado daquela passagem dos *Actos*, o censor jesuíta defende o seu confrade português, dizendo que ele fala da promessa de visitas de amigo pelas quais Cristo daria uma graça especial para o progresso dos desígnios salvíficos de Deus sobre a Terra ²⁸.

Mesmo assim a comissão de censura não ficou satisfeita. Vieira tinha classificado a heresia dos milenaristas apenas com o classificativo de *temeridade*. A dita comissão entendia que Vieira deveria se ter distanciado mais claramente deste milenarismo para provar que definitivamente não alinhava na mesma corrente de que tinha sido acusado pela Inquisição Portuguesa e por tal condenado ²⁹.

Do ponto de vista pastoral e litúrgico, o jesuíta português é acusado de judaizar ao defender a possibilidade de ser admitido pelo juízo da Igreja a restauração dos sacrifícios da Antiga Lei para facilitar a conversão efectiva dos Judeus à fé de Cristo e a sua integração no redil católico. Como já tinha sido rebatido pelo próprio Vieira, a tolerância em relação à prática dos ritos judaicos por cristãos-novos poderia evitar muitas perseguições e condenações inclementes; se aqueles ritos fossem entendidos não com carácter sacramental, mas como fazendo parte da tradição cultural de um povo que os praticava como elemento referencial de identidade étnica e desde que a sua prática fosse direccionada para a Fé em Cristo e no seu segundo Advento. André Semery acusa a comissão de censura de certas observações ligeiras não terem sido baseadas numa leitura cuidada da obra analisada pelos censores. Insinua ter havido negligência dos autores da censura, nomeadamente no que concerne à avaliação da visão de Vieira sobre os aspectos em que a Igreja poderia crescer e aperfeiçoar-se e ainda sobre aquelas dimensões em que ela já comporta uma perfeição estática, isto é, inalterável ³⁰.

Certamente por razões de sensibilidade institucional entre ordens religiosas e de disputa de primazia na empresa da evangelização universal na sequência do processo do descobrimento dos novos mundos, a comissão de censura, nomeadamente na pessoa do referido Frei Nicolau, provavelmente franciscano, estranha o facto de Vieira ter afirmado que na nova idade da história (na Modernidade) Cristo teria escolhido apóstolos novos, “cujo príncipe foi o grande Pe. Francisco Xavier,

²⁷ *Ibidem*, fl. 4v.

²⁸ *Ibidem*, p. 5v.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ Cf. *Ibidem*, fl. 6.

apóstolo das Índias”. O censor discorda deste destaque dado àquele missionário jesuíta, lembrando que os Franciscanos precederam os Jesuítas no trabalho de evangelização das terras descobertas pelos navegadores ibéricos. Mas a evidência do trabalho apostólico de Xavier dado pelo martirologio católico era suficiente escudo para defender Vieira.

Aliás, o contra-censor jesuíta conclui o seu parecer de forma lacónica, duvidando da competência dos acusadores e insinuando ter havido negligência, pouco estudo e até ignorância no exame da *Clavis*. E acrescenta significativamente de modo insinuante que preferia atribuir as reprovações apontadas mais à ignorância desses assuntos do que à má vontade para com a Companhia de Jesus”³¹.

Levanta, portanto, indirectamente a suspeita grave de que houve má vontade dos censores relativamente a Vieira pelo facto de ser jesuíta, tendo por base velhos preconceitos antijesuíticos de que os séculos XVII e XVIII tinham sido pródigos. Não se pode esquecer que polémicas estridentes estavam a decorrer não só da parte de sectores anticatólicos, mas também da parte de contraditores de outras ordens em relação às metodologias missionárias desenvolvidas pelos jesuítas no Oriente e no Novo Mundo, além de recaírem suspeitas graves sobre a idoneidade doutrinal de vários teólogos jesuítas³². Basta recordar as acusações levantadas em torno dos ritos chineses e a metodologia adaptacionista aplicada no Oriente pelos missionários inicianos. Entre os detractores dos Jesuítas podemos recordar filósofos e teólogos célebres como Blaise Pascal, António Arnauld e Fernando Navarrete que escreveram demolidoras apreciações sobre os estilos e doutrinas da Companhia de Jesus³³.

Mas tudo leva a entender que o parecer de Semery teve de facto mais influência na revisão final da obra de Vieira, o que mostra, para lá dos conflitos institucionais subjacentes às avaliações censórias, que a Inquisição Romana tinha abertura suficiente para aceitar um horizonte mais largo de interpretações e soluções para os problemas que eram objecto de reflexão teológica. Tanto mais que a censura favorável do censor jesuíta foi corroborada por um outro parecer composto por um censor dominicano, Frei Jacinto de Santa Romana, e confirmada por dois mestres de teologia da mesma Ordem de São Domingos, Frei Mário Diana e Frei Pedro Platonione³⁴.

Para além da aparelhagem argumentativa de carácter teológico, sobressai os “Dubium gravissimum”, em torno da nova restauração ou regresso dos ritos judaicos

³¹ *Ibidem*, fl. 15.

³² Cf. José Eduardo Franco, *Le Mythe Jésuite au Portugal (XVIe-XX siècles)*, Paris-São Paulo, EHESS-Arkê, 2006, passim. (No Prelo).

³³ Sobre a Inquisição Romana ver alguns estudos publicados por Agostino Borromeo, *L'Inquisizione, Atti del Simpósio internazionale* (Città del Vaticano, 29-31 ottobre 1998), Città del Vaticano, Biblioteca Apostolica Vaticana, 2003.

³⁴ Cf. Gregoriana, ms 1826.

que, no fundo, era a questão mais sensível. Sem falar dos argumentos de pormenor, o censor jesuíta e o censor dominicano eram concordes em liquidar a censura anti-vieiriana através do princípio da dispensabilidade. Mais do que discutir a superação dos ritos da Antiga Aliança como prefiguração do sacrifício eucarístico de Cristo, podendo estes ser praticados não com o velho sentido alegórico de prefiguração sacramental mas como tradição cultural, o censor dominicano alega o axioma dogmático da onipotência de Deus, absoluta mesmo no que respeita às suas próprias proibições divinas que perante tal poder são necessariamente relativas ³⁵.

Apesar do livro de António Vieira ter conseguido reunir vários pareceres favoráveis à publicação deste manuscrito, certo é que a Companhia de Jesus acabou por não dá-lo à estampa. Tal aconteceu provavelmente por razões cautelares. Passado este momento de análise da obra ao mais alto nível dezoito anos depois da morte do autor, o livro manteve-se, com efeito, mais ou menos relegado para as sombras do esquecimento sem merecer algum interesse até ao século XX.

O pensamento de Vieira condensado nesta sua obra maior era de facto demasiado avançado para a sua época. O pregador jesuíta conferia uma dimensão significativamente universalizante à utopia cristã de plenificação da história que ela transportava. Tratava-se de uma utopia universalizante assente no ideal de proselitismo cristão, mas não concretizada numa lógica de exclusão cega e homogeneização de tudo que é diferente, mas de inclusão e de negociação, bem na linha da integração multicultural ensaiada pelos missionários inicianos em muitos campos de missão desde a China ao Brasil. Subjacente está, pois, o método missionário praticado de aculturação consagrado contemporaneamente ao mais alto nível pelo magistério eclesial com o nome de metodologia inculcacionista aconselhada para o trabalho hodierno de evangelização *ad gentes*.

Apesar de tarde, os estudos de, entre outros, Raymond Cantel, Margarida Vieira Mendes, António Lopes, Silvano Peloso, e mais recentemente pela pesquisa e tradução rigorosa de Arnaldo Espírito Santo têm contribuído para dar a conhecer e reabilitar esta obra que jazia desconhecida e desconsiderada. Com razão Vieira julgava ser este livro a sua obra por excelência. A obra maior de Vieira encerra um pensamento avançado, aberto, dialogante sobre o progresso da Igreja e da mensagem de Cristo, explorando o melhor do seu potencial utópico capaz de ser veículo de transformação e de humanização do mundo. É uma proposta surpreendentemente ecuménica *avant la lettre* de reordenamento das relações humanas, culturais e religiosas num mundo conflitual em processo de proto-globalização. Poucos compreenderam Vieira. Hoje, com o esclarecimento permitido pelo progresso dos séculos, não se pode negar a grandeza do seu pensamento aberto gerado numa sociedade fechada e vigiada por instituições temerosas da abertura universalizante que se inaugurava irreversivelmente. A suspeita em que a *Clavis Prophetarum* foi envolvida não é estranha, em grande medida, ao facto do pensamento de Vieira ter

³⁵ Cf. *Ibidem*.

preocupado os guardiões de um modelo de Igreja e de sociedade fechada, mas que já o era cada vez menos. Vieira soube, com arguta visão prospectiva, compreender os sinais dos tempos e responder com base no melhor legado dos conteúdos humanizantes do edifício teológico cristão aos novos desafios lançados pelo mundo do seu tempo.